



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL Nº 31/2019, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019

**2º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO UNIFICADO DE 2019 PARA FORMAÇÃO DE
CADASTRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DE CURSOS NA ÁREA
JURÍDICA.**

A Procuradoria da República no Estado do Paraná torna públicos as provas e o gabarito do processo seletivo para estagiários dos cursos de graduação e pós-graduação de Direito, realizado em 09 de outubro de 2019.

Curitiba, 10 de outubro de 2019.

Paula Cristina Conti Thá
Procuradora-Chefe



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

2º Processo Seletivo Público de 2019 para formação de cadastro reserva de estagiários de nível superior do curso de
Direito

CADERNO DE PROVA
Questões Objetivas e Dissertativas

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Conferir se o Caderno de Prova contém 9 páginas, contando com a capa.
2. Conferir o recebimento de 02 (duas) Folhas de Respostas.
3. Ler as questões objetivas com atenção e marcar um, e somente um, dos campos da Folha de Resposta. Marcações incorretas acarretarão na anulação da questão.
4. A prova deverá ser respondida com caneta de tinta azul ou preta.
5. Durante a realização da prova, não será permitido comunicação e troca/empréstimo de materiais entre os candidatos sem autorização do fiscal de sala.
6. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluído nesse tempo o preenchimento das folhas de resposta.
7. O candidato não poderá retirar-se da sala em que estiver realizando a prova antes de decorrido 30 (trinta) minutos do respectivo início;
8. Deverão permanecer na sala, até a entrega da última prova, pelo menos 3 (três) candidatos;
9. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de prova e as folhas de respostas e deixe o local.



1	6	11	16	21	26	31	36
2	7	12	17	22	27	32	37
3	8	13	18	23	28	33	38
4	9	14	19	24	29	34	39
5	10	15	20	25	30	35	40

GRUPO 1 - DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

1. Em relação ao Procurador-Geral da República:

I – É escolhido pelo Presidente da República entre os membros do MPF constantes de lista tríplice elaborada pela carreira;

II – Deve ter o nome aprovado por maioria absoluta da Câmara dos Deputados;

III – Tem legitimidade para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade;

IV – Pode ser exonerado a qualquer tempo pelo Presidente da República;

a) I, II e III estão corretas;

b) I e III estão corretas;

c) I e V estão corretas;

d) Apenas a III está correta;

2. “Em relação ao Incidente de Deslocamento de Competência (IDC), o objetivo é que a investigação e posterior persecução criminal referente aos autores intelectuais dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes sejam federalizados”(fonte:

<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/raquel-dodge-denuncia-cinco-pessoas-por-envolvimento-nos-assassinatos-de-marielle-franco-e-de-anderson-gomes>).

Em relação ao Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) é correto afirmar:

I – Deve ser suscitado perante o Supremo Tribunal de Federal em qualquer fase do inquérito ou processo.

II – Deve ser suscitado perante o Superior Tribunal de Justiça em qualquer fase do inquérito ou processo.

III - Procurador-Geral da República, o Defensor Público-Geral Federal e o Conselho Federal da OAB têm legitimidade para propor o Incidente de Deslocamento de Competência (IDC).

IV - O Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) é cabível nas hipóteses de grave violação de direitos humanos e tem como finalidade assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.

a) I, III e IV estão corretas;

b) Apenas II está correta;

c) II e IV estão corretas;

d) II, III e IV estão corretas;

3. Quanto aos Direitos e Garantias Fundamentais:

I – A previsão do Art. 5º, I, da CF (*homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição*) impede que a lei promova diferenciações entre os direitos de homens e mulheres, de modo que não foi recepcionado pela CF/88 o foro especial para a mulher nas ações de separação judicial e de conversão da separação judicial em divórcio.

II - O Princípio Constitucional da Isonomia (CF, art. 5º, caput) veda a criação de cotas raciais em concursos públicos.

III – O Princípio Constitucional da Isonomia (CF, art. 5º, caput) é compatível com o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso nas Universidades Públicas.

IV - O Princípio Constitucional da Isonomia (CF, art. 5º, caput) é compatível com o estabelecimento de cotas para deficientes em concursos públicos.

a) Todas as alternativas estão corretas;

b) I e II estão corretas;

c) Apenas II está correta;

d) III e IV estão corretas;

4. Quanto aos Direitos e Garantias Fundamentais:

I - Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

II – O Princípio da Irretroatividade da Lei Penal (a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu) impede a aplicação da lei penal mais grave ao crime continuado ou ao crime permanente, ainda que a vigência da lei mais grave seja anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

III - O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional; por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

IV – O Princípio da Legalidade Penal (não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal) impede a criação de tipos penais por analogia ou interpretação extensiva, estendendo-se o tipo penal a situação não expressamente tipificada na norma incriminadora, não sendo possível o

enquadramento das condutas homofóbicas e transfóbicas nos crimes previstos na Lei 7.716/2018 (Crimes de Racismo);

- a) I, II e III estão corretas;
- b) I e III estão corretas;
- c) Todas as alternativas estão corretas;
- d) II, III e IV estão corretas;

5. Assinale a alternativa correta;

I – A garantia do Direito à Vida, prevista no *caput* do Art. 5º, da CF, veda que a lei crie hipóteses nas quais o aborto seja permitido;

II – O Direito à Liberdade Religiosa (Art. 5º, VI, da CF: é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias) assegura aos fiéis e ministros o direito de pregar e de divulgar, livremente o seu pensamento e de externar suas convicções, bem assim o de ensinar segundo sua orientação doutrinária e/ou teológica, podendo buscar e conquistar prosélitos e praticar os atos de culto e respectiva liturgia, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero;

III - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IV - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, excepcionalmente admitindo-se a censura e licença prévia para tutela das crianças e adolescentes, visando impedir a exposição destes a situações inadequadas;

- a) II e III estão corretas;
- b) Todas as alternativas estão corretas;
- c) I e IV estão corretas;
- d) Nenhuma das alternativas está correta;

6. Assinale a alternativa correta:

I - Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

II– As decisões finais nas ações declaratórias de inconstitucionalidade possuem, em regra, efeito *ex tunc* e *erga omnes*.

III - Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, entre outros, o Presidente da República, o Presidente do Senado, o Procurador-Geral da República e o Defensor Público-Geral Federal;

IV – O Supremo Tribunal Federal exige que as ações diretas de inconstitucionalidade propostas pelo Procurador-Geral da República guardem pertinência temática com as atribuições do Ministério Público Federal, de modo que o PGR não tem legitimidade plena para propositura de ADI.

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) I, II e III estão corretas;
- c) I, III e IV estão corretas;
- d) I e II estão corretas;

7. Assinale a alternativa correta:

I – Ocorre desconcentração administrativa quando a Administração Pública cria uma Autarquia para exercer determinada atividade;

II – Apenas ocorre descentralização administrativa quando a Administração Pública cria uma pessoa jurídica de direito privado para o exercício de determinada atividade. Ocorre mera desconcentração administrativa em se tratando da criação de pessoa jurídica de direito público.

III – O Princípio da Tutela e o Princípio da Autotutela são sinônimos em Direito Administrativo.

IV – O ato de um prefeito que manda desapropriar a residência de um desafeto caracteriza violação ao Princípio da Impessoalidade.

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) I, II e III estão corretas;
- c) II e IV estão corretas;
- d) Apenas a IV está correta;

8. Assinale a alternativa correta:

I – A Administração Pública possui responsabilidade civil objetiva pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros.

II - Não vigora no processo administrativo o princípio da ampla defesa, tendo este aplicação apenas no Processo Judicial, pois o processo administrativo possui natureza inquisitiva.

III - São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário com fundamento na prática de ato doloso previsto na Lei de

Improbidade Administrativa.

IV – Pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público não possui responsabilidade civil objetiva, sendo esta restrita às pessoas jurídicas de direito público.

- a) Apenas a alternativa I está correta;
- b) I, III e IV estão corretas;
- c) I e III estão corretas;
- d) Todas as alternativas estão corretas;

9. Assinale a alternativa correta:

I – Majoritariamente entendem-se como elementos do ato administrativo: a) o sujeito; b) Forma; c) Finalidade; d) Motivo; e e) objeto ou conteúdo;

II – A Lei n. 8.666/93 trata-se de lei federal que regulamento as licitações apenas em âmbito federal, tendo os Estados Membros e Municípios autonomia para editarem leis próprias tratando da matéria;

III – O Poder Público pode deixar de realizar licitação e contratar diretamente com determinado fornecedor quando demonstrar que conseguiu proposta mais vantajosa, economizando recursos públicos com a contratação direta;

IV – O Art. 11, da Lei de Improbidade Administrativa, ao tipificar as condutas atentatórias aos princípios da administração pública em seus incisos é meramente exemplificativo e não taxativo.

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) I e IV estão corretas;
- c) I, II e IV estão corretas;
- d) II e IV estão corretas;

GRUPO 2 - DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**10. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Folhas de cheque e cartões bancários não podem ser objeto material do crime de receptação, uma vez que são desprovidos de valor econômico.
- b) O estudo do tipo subjetivo dos crimes dolosos tem por objeto o dolo, elemento subjetivo geral, excluído nas hipóteses de erro do tipo, sendo as intenções, tendências ou atitudes pessoais elementos subjetivos especiais existentes em conjunto com o dolo em determinados delitos.
- c) Nos chamados crimes de mão própria é incabível o concurso de pessoas.

d) As causas de aumento ou de diminuição com exceção do concurso material, do concurso formal e do crime continuado devem ser computados no prazo prescricional.

11. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nenhum ato preparatório de crime é punido no direito penal brasileiro.
- b) Aplicável é a lei penal em vigor quando da libertação da vítima de sequestro, ainda que mais grave do que a lei penal em vigor quando iniciado o cometimento do crime.
- c) A coação moral irresistível e a obediência hierárquica excluem a culpabilidade.
- d) Se a excludente do estrito cumprimento do dever legal for reconhecida em relação a um agente, necessariamente será reconhecida em relação aos demais coautores, ou partícipes do fato, que tenha conhecimento da situação justificadora.

12. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Nos casos de desistência voluntária e arrependimento eficaz, o agente não responde pela tentativa, porque o resultado deixa de ocorrer em virtude de sua vontade.
- b) É efeito da condenação criminal o confisco do automóvel utilizado pelo motorista no cometimento de crime de tráfico de drogas, muito embora a origem lícita do bem e sua utilização casual ou eventual.
- c) Uma cuidadora infantil (babá), embora não tenha o dever legal, como no caso dos pais, responde por omissão penalmente relevante se não agir para evitar o resultado lesivo no bebê de que cuidava.
- d) A perda do direito de punir do Estado pelo não exercício em determinado lapso de tempo é causa de extinção da punibilidade.

13. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os crimes unisubsistentes não admitem a tentativa.
- b) Pode constituir, em tese, ato obsceno, o ato de urinar em lugar público com exposição do pênis.
- c) O Código Penal brasileiro, como lugar do crime, adota a teoria da ubiquidade.
- d) A clássica distinção no Direito Penal entre erro de fato e erro de direito é mantida com nomenclatura diversa, com a adoção da distinção entre erro de tipo e erro de proibição.

14. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Há crime em que a tentativa é punida com a mesma pena do crime consumado, sem diminuição legal, são os chamados crimes de atentado ou de empreendimento.
- b) O funcionário público pode cometer crime de desobediência.
- c) A combatida responsabilidade penal objetiva pode ser exemplificada, em nossa legislação penal, na rixa qualificada e na *actio libera in causa* na embriaguez.
- d) Não comete crime contra a administração da justiça o preso que empreende fuga ainda que com o emprego de violência, pois a legislação não proíbe a busca da liberdade.

15. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas não permite a punição por crime culposos, ainda que previsto em lei.
- b) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.
- c) O direito penal possui natureza fragmentária, ou seja, somente protege os bens jurídicos mais importantes, pois os demais são protegidos pelos outros ramos do direito.
- d) As condutas e as atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais definidas na lei ambiental.

16. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não existe julgamento antecipado da lide no direito processual penal pátrio.
- b) Em atendimento ao princípio da correlação entre a acusação e a sentença, o juiz sem modificar a descrição do fato contido na denúncia ou queixa poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha que aplicar pena mais grave.
- c) Quando da prisão em flagrante delito, na falta ou impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.
- d) O sequestro previsto no código de processo penal será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de 6 (seis) anos, contado da data em que ficar concluída a diligência.

17. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) No caso de determinação de citação por carta rogatória, de réu no estrangeiro, em lugar sabido, não se suspende o curso do prazo prescricional.
- b) Em relação ao foro especial, previsto em lei ordinária ou de organização judiciária, no caso de cometimento de crime contra a vida, prevalecerá a competência do Júri.
- c) Verificado que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá a citação com hora certa, na forma estabelecida no código de processo civil.
- d) Caberá recurso em sentido estrito da decisão de pronúncia.

18. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Código de Processo Penal prevê taxativamente o rol dos atos que pode praticar o assistente de acusação, o qual não pode recorrer contra ato privativo do Ministério Público.
- b) As imunidades processuais penais ferem o princípio constitucional da isonomia material, pois implicam em privilégio pessoal àqueles que delas se beneficiam.
- c) Uma vez realizada a interceptação telefônica de forma fundamentada, legal e legítima, as informações e provas coletadas dessa diligência podem subsidiar denúncia com base em crimes puníveis com pena de detenção.
- d) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderam ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

19. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Caso o Ministério Público não ofereça a proposta de suspensão condicional do processo, o juiz encaminhará o processo para o Procurador-geral de Justiça (ou Câmara de Coordenação e Revisão Criminal no caso federal), por analogia ao disposto no art. 28 do Código de Processo Penal.
- b) Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido de interceptação telefônica seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.
- c) A iniciativa positiva do juiz no sentido de determinar a complementação de provas no curso do processo penal fere os princípios acusatório e da imparcialidade do órgão jurisdicional, gerando

nulidade absoluta quando adotada, devendo o magistrado restringir a análise das provas produzidas pelos sujeitos processuais e coligidas nos autos.

d) Despronúncia consiste na reforma da decisão singular de pronúncia, por um colegiado ou no exercício de juízo de retratação singular, na hipótese de recurso crime em sentido estrito.

20. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) Se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar humilhação, temor, ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento, independente da possibilidade de videoconferência, determinará a imediata retirada do réu, prosseguindo a inquirição, facultando a presença do defensor.

b) Os crimes de lavagem de dinheiro independem do processo e julgamento dos crimes que o antecedem, ainda que tais tenham sido praticados no exterior.

c) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

d) Não são cabíveis medidas cautelares diversas da prisão para o crime de porte de drogas para uso próprio.

21. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) A apelação é o recurso cabível da decisão que indefere o pedido de restituição de coisa apreendida.

b) Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, se imporá prisão em flagrante, mas admitirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.

c) Acerca da ação penal, na contagem do prazo decadencial, inclui-se o dia do começo.

d) Para a concessão de medida cautelar diversa da prisão, impõe-se analisar a necessidade e a adequação.

GRUPO 3 - DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

22. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB), tomando em consideração as seguintes alternativas, assinale a opção correta:

I. As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

II. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais já disciplinadas por lei existente, não revoga nem modifica a lei anterior.

III. A LINDB não admite o instituto da repristinação.

IV. A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, a expectativa de direito e a coisa julgada.

a) As alternativas I, II e III estão corretas.

b) As alternativas II e IV estão corretas.

c) A alternativa I está correta e a alternativa III está incorreta.

d) As alternativas I, III e IV estão incorretas.

23. Quanto aos bens, assinale a opção correta:

a) O direito à sucessão aberta é considerado bem móvel.

b) Durante a reforma de um prédio, os materiais provisoriamente dele separados, para nele se reempregarem, são considerados bens imóveis.

c) Benfeitorias úteis são as que têm por fim conservar o bem ou evitar que ele se deteriore.

d) O Código Civil relega à legislação especial a disciplina dos bens públicos.

24. Sobre a prova, tomando em consideração as seguintes alternativas, assinale a opção correta:

I. A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena.

II. A confissão é irrevogável.

III. A pessoa com deficiência poderá testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas.

IV. A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

a) As alternativas I e II são falsas.

b) A alternativa I é verdadeira e a alternativa IV é falsa.

c) A alternativa II é falsa e a alternativa III é verdadeira.

d) Todas as alternativas são verdadeiras.

25. Sobre posse, assinale a opção INCORRETA:

a) A posse pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende, não podendo ser adquirida por terceiro sem mandato.

b) O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.

c) Perde-se a posse quando cessa, embora contra a vontade do possuidor, o poder sobre o bem.

d) A posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.

26. Sobre o Ministério Público no Processo Civil, tomando em consideração as seguintes afirmativas, assinale a opção correta:

I. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.

II. A intimação por meio eletrônico do membro do Ministério Público é considerada intimação pessoal.

III. O Ministério Público deve intervir, dentre outros, nos processos que envolvam interesse de incapaz ou da Fazenda Pública.

IV. Atuando como fiscal da lei, findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará ao Procurador-Geral que designe outro membro para fazê-lo, sem prejuízo da responsabilização funcional do membro omissor.

a) As alternativas II e III estão corretas.

b) As alternativas I e IV estão corretas.

c) Três alternativas estão incorretas.

d) A alternativa II está correta e a alternativa IV está incorreta.

27. Assinale a opção correta:

a) Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, dentre outros, se a sentença lhe for desfavorável ou se o juiz acolher a alegação de decadência ou prescrição da pretensão do auto.

b) Para a concessão da tutela da evidência é necessária a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

c) Em ação ajuizada pelo Ministério Público, considerando o caráter indisponível dos direitos tutelados, não se admite a suspensão do processo por convenção das partes.

d) A suspensão do processo por convenção das partes poderá se dar por até 12 meses, admitindo-se uma prorrogação por idêntico período de tempo.

28. Tomando em consideração as seguintes afirmativas, assinale a opção correta:

I. A petição inicial será considerada inepta sempre que veicular pedido genérico.

II. Quando o pedido contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência, o juiz julgará liminarmente improcedente o pedido.

III. Quando verificar a ocorrência de prescrição ou decadência, o juiz deve extinguir o processo sem resolução do mérito.

IV. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, sendo facultado ao juiz retratar-se.

a) As alternativas I, II e IV estão corretas.

b) As alternativas II e III estão corretas.

c) A alternativa I está incorreta e a alternativa IV está correta.

d) Todas as alternativas estão corretas.

29. Assinale a opção que corresponda a recurso não previsto pelo Código de Processo Civil vigente:

a) Agravo interno.

b) Agravo retido.

c) Recurso ordinário.

d) Embargos de divergência.

30. Tomando em consideração as seguintes afirmativas, assinale a opção correta:

I. O terceiro juridicamente interessado tem legitimidade para propor ação rescisória.

II. Caso não seja ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção, o Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação rescisória.

III. O ajuizamento da ação rescisória obsta o cumprimento da decisão rescindenda desde o momento da distribuição.

IV. Apenas é admissível a ação rescisória quando houver direito líquido e certo que possa ser evidenciado por documentos, sendo vedada a dilação probatória.

a) Três alternativas estão corretas.

b) Três alternativas estão incorretas.

c) A alternativa I é verdadeira e a alternativa IV é falsa.

d) As alternativas II e III são verdadeiras.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

2º Processo Seletivo Público de 2019 para formação de cadastro reserva de estagiários de nível superior do curso de
Pós-Graduação em Direito

CADERNO DE PROVA
Questões Objetivas e Dissertativas

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Conferir se o Caderno de Prova contém 9 páginas, contando com a capa.
2. Conferir o recebimento de 02 (duas) Folhas de Respostas.
3. Ler as questões objetivas com atenção e marcar um, e somente um, dos campos da Folha de Resposta. Marcações incorretas acarretarão na anulação da questão.
4. A prova deverá ser respondida com caneta de tinta azul ou preta.
5. Durante a realização da prova, não será permitido comunicação e troca/empréstimo de materiais entre os candidatos sem autorização do fiscal de sala.
6. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluído nesse tempo o preenchimento das folhas de resposta.
7. O candidato não poderá retirar-se da sala em que estiver realizando a prova antes de decorrido 30 (trinta) minutos do respectivo início;
8. Deverão permanecer na sala, até a entrega da última prova, pelo menos 3 (três) candidatos;
9. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de prova e as folhas de respostas e deixe o local.



1	6	11	16	21	26	31	36
2	7	12	17	22	27	32	37
3	8	13	18	23	28	33	38
4	9	14	19	24	29	34	39
5	10	15	20	25	30	35	40

GRUPO 1 - DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

1. Em relação ao Procurador-Geral da República:

I – É escolhido pelo Presidente da República entre os membros do MPF constantes de lista tríplice elaborada pela carreira;

II – Deve ter o nome aprovado por maioria absoluta da Câmara dos Deputados;

III – Tem legitimidade para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade;

IV – Pode ser exonerado a qualquer tempo pelo Presidente da República;

a) I, II e III estão corretas;

b) I e III estão corretas;

c) I e V estão corretas;

d) Apenas a III está correta;

2. “Em relação ao Incidente de Deslocamento de Competência (IDC), o objetivo é que a investigação e posterior persecução criminal referente aos autores intelectuais dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes sejam federalizados”(fonte:

<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/raquel-dodge-denuncia-cinco-pessoas-por-envolvimento-nos-assassinatos-de-marielle-franco-e-de-anderson-gomes>).

Em relação ao Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) é correto afirmar:

I – Deve ser suscitado perante o Supremo Tribunal de Federal em qualquer fase do inquérito ou processo.

II – Deve ser suscitado perante o Superior Tribunal de Justiça em qualquer fase do inquérito ou processo.

III - Procurador-Geral da República, o Defensor Público-Geral Federal e o Conselho Federal da OAB têm legitimidade para propor o Incidente de Deslocamento de Competência (IDC).

IV - O Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) é cabível nas hipóteses de grave violação de direitos humanos e tem como finalidade assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.

a) I, III e IV estão corretas;

b) Apenas II está correta;

c) II e IV estão corretas;

d) II, III e IV estão corretas;

3. Quanto aos Direitos e Garantias Fundamentais:

I – A previsão do Art. 5º, I, da CF (*homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição*) impede que a lei promova diferenciações entre os direitos de homens e mulheres, de modo que não foi recepcionado pela CF/88 o foro especial para a mulher nas ações de separação judicial e de conversão da separação judicial em divórcio.

II - O Princípio Constitucional da Isonomia (CF, art. 5º, caput) veda a criação de cotas raciais em concursos públicos.

III – O Princípio Constitucional da Isonomia (CF, art. 5º, caput) é compatível com o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso nas Universidades Públicas.

IV - O Princípio Constitucional da Isonomia (CF, art. 5º, caput) é compatível com o estabelecimento de cotas para deficientes em concursos públicos.

a) Todas as alternativas estão corretas;

b) I e II estão corretas;

c) Apenas II está correta;

d) III e IV estão corretas;

4. Quanto aos Direitos e Garantias Fundamentais:

I - Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

II – O Princípio da Irretroatividade da Lei Penal (a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu) impede a aplicação da lei penal mais grave ao crime continuado ou ao crime permanente, ainda que a vigência da lei mais grave seja anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

III - O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional; por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

IV – O Princípio da Legalidade Penal (não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal) impede a criação de tipos penais por analogia ou interpretação extensiva, estendendo-se o tipo penal a situação não expressamente tipificada na norma incriminadora, não sendo possível o

enquadramento das condutas homofóbicas e transfóbicas nos crimes previstos na Lei 7.716/2018 (Crimes de Racismo);

- a) I, II e III estão corretas;
- b) I e III estão corretas;
- c) Todas as alternativas estão corretas;
- d) II, III e IV estão corretas;

5. Assinale a alternativa correta;

I – A garantia do Direito à Vida, prevista no *caput* do Art. 5º, da CF, veda que a lei crie hipóteses nas quais o aborto seja permitido;

II – O Direito à Liberdade Religiosa (Art. 5º, VI, da CF: é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias) assegura aos fiéis e ministros o direito de pregar e de divulgar, livremente o seu pensamento e de externar suas convicções, bem assim o de ensinar segundo sua orientação doutrinária e/ou teológica, podendo buscar e conquistar prosélitos e praticar os atos de culto e respectiva liturgia, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero;

III - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IV - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, excepcionalmente admitindo-se a censura e licença prévia para tutela das crianças e adolescentes, visando impedir a exposição destes a situações inadequadas;

- a) II e III estão corretas;
- b) Todas as alternativas estão corretas;
- c) I e IV estão corretas;
- d) Nenhuma das alternativas está correta;

6. Assinale a alternativa correta:

I - Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

II– As decisões finais nas ações declaratórias de inconstitucionalidade possuem, em regra, efeito *ex tunc* e *erga omnes*.

III - Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, entre outros, o Presidente da República, o Presidente do Senado, o Procurador-Geral da República e o Defensor Público-Geral Federal;

IV – O Supremo Tribunal Federal exige que as ações diretas de inconstitucionalidade propostas pelo Procurador-Geral da República guardem pertinência temática com as atribuições do Ministério Público Federal, de modo que o PGR não tem legitimidade plena para propositura de ADI.

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) I, II e III estão corretas;
- c) I, III e IV estão corretas;
- d) I e II estão corretas;

7. Assinale a alternativa correta:

I – Ocorre desconcentração administrativa quando a Administração Pública cria uma Autarquia para exercer determinada atividade;

II – Apenas ocorre descentralização administrativa quando a Administração Pública cria uma pessoa jurídica de direito privado para o exercício de determinada atividade. Ocorre mera desconcentração administrativa em se tratando da criação de pessoa jurídica de direito público.

III – O Princípio da Tutela e o Princípio da Autotutela são sinônimos em Direito Administrativo.

IV – O ato de um prefeito que manda desapropriar a residência de um desafeto caracteriza violação ao Princípio da Impessoalidade.

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) I, II e III estão corretas;
- c) II e IV estão corretas;
- d) Apenas a IV está correta;

8. Assinale a alternativa correta:

I – A Administração Pública possui responsabilidade civil objetiva pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros.

II - Não vigora no processo administrativo o princípio da ampla defesa, tendo este aplicação apenas no Processo Judicial, pois o processo administrativo possui natureza inquisitiva.

III - São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário com fundamento na prática de ato doloso previsto na Lei de

Improbidade Administrativa.

IV – Pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público não possui responsabilidade civil objetiva, sendo esta restrita às pessoas jurídicas de direito público.

- a) Apenas a alternativa I está correta;
- b) I, III e IV estão corretas;
- c) I e III estão corretas;
- d) Todas as alternativas estão corretas;

9. Assinale a alternativa correta:

I – Majoritariamente entendem-se como elementos do ato administrativo: a) o sujeito; b) Forma; c) Finalidade; d) Motivo; e e) objeto ou conteúdo;

II – A Lei n. 8.666/93 trata-se de lei federal que regulamento as licitações apenas em âmbito federal, tendo os Estados Membros e Municípios autonomia para editarem leis próprias tratando da matéria;

III – O Poder Público pode deixar de realizar licitação e contratar diretamente com determinado fornecedor quando demonstrar que conseguiu proposta mais vantajosa, economizando recursos públicos com a contratação direta;

IV – O Art. 11, da Lei de Improbidade Administrativa, ao tipificar as condutas atentatórias aos princípios da administração pública em seus incisos é meramente exemplificativo e não taxativo.

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) I e IV estão corretas;
- c) I, II e IV estão corretas;
- d) II e IV estão corretas;

GRUPO 2 - DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**10. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Folhas de cheque e cartões bancários não podem ser objeto material do crime de receptação, uma vez que são desprovidos de valor econômico.
- b) O estudo do tipo subjetivo dos crimes dolosos tem por objeto o dolo, elemento subjetivo geral, excluído nas hipóteses de erro do tipo, sendo as intenções, tendências ou atitudes pessoais elementos subjetivos especiais existentes em conjunto com o dolo em determinados delitos.
- c) Nos chamados crimes de mão própria é incabível o concurso de pessoas.

d) As causas de aumento ou de diminuição com exceção do concurso material, do concurso formal e do crime continuado devem ser computados no prazo prescricional.

11. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nenhum ato preparatório de crime é punido no direito penal brasileiro.
- b) Aplicável é a lei penal em vigor quando da libertação da vítima de sequestro, ainda que mais grave do que a lei penal em vigor quando iniciado o cometimento do crime.
- c) A coação moral irresistível e a obediência hierárquica excluem a culpabilidade.
- d) Se a excludente do estrito cumprimento do dever legal for reconhecida em relação a um agente, necessariamente será reconhecida em relação aos demais coautores, ou partícipes do fato, que tenha conhecimento da situação justificadora.

12. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Nos casos de desistência voluntária e arrependimento eficaz, o agente não responde pela tentativa, porque o resultado deixa de ocorrer em virtude de sua vontade.
- b) É efeito da condenação criminal o confisco do automóvel utilizado pelo motorista no cometimento de crime de tráfico de drogas, muito embora a origem lícita do bem e sua utilização casual ou eventual.
- c) Uma cuidadora infantil (babá), embora não tenha o dever legal, como no caso dos pais, responde por omissão penalmente relevante se não agir para evitar o resultado lesivo no bebê de que cuidava.
- d) A perda do direito de punir do Estado pelo não exercício em determinado lapso de tempo é causa de extinção da punibilidade.

13. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os crimes unisubsistentes não admitem a tentativa.
- b) Pode constituir, em tese, ato obsceno, o ato de urinar em lugar público com exposição do pênis.
- c) O Código Penal brasileiro, como lugar do crime, adota a teoria da ubiquidade.
- d) A clássica distinção no Direito Penal entre erro de fato e erro de direito é mantida com nomenclatura diversa, com a adoção da distinção entre erro de tipo e erro de proibição.

14. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Há crime em que a tentativa é punida com a mesma pena do crime consumado, sem diminuição legal, são os chamados crimes de atentado ou de empreendimento.
- b) O funcionário público pode cometer crime de desobediência.
- c) A combatida responsabilidade penal objetiva pode ser exemplificada, em nossa legislação penal, na rixa qualificada e na *actio libera in causa* na embriaguez.
- d) Não comete crime contra a administração da justiça o preso que empreende fuga ainda que com o emprego de violência, pois a legislação não proíbe a busca da liberdade.

15. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas não permite a punição por crime culposos, ainda que previsto em lei.
- b) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.
- c) O direito penal possui natureza fragmentária, ou seja, somente protege os bens jurídicos mais importantes, pois os demais são protegidos pelos outros ramos do direito.
- d) As condutas e as atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais definidas na lei ambiental.

16. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não existe julgamento antecipado da lide no direito processual penal pátrio.
- b) Em atendimento ao princípio da correlação entre a acusação e a sentença, o juiz sem modificar a descrição do fato contido na denúncia ou queixa poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha que aplicar pena mais grave.
- c) Quando da prisão em flagrante delito, na falta ou impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.
- d) O sequestro previsto no código de processo penal será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de 6 (seis) anos, contado da data em que ficar concluída a diligência.

17. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) No caso de determinação de citação por carta rogatória, de réu no estrangeiro, em lugar sabido, não se suspende o curso do prazo prescricional.
- b) Em relação ao foro especial, previsto em lei ordinária ou de organização judiciária, no caso de cometimento de crime contra a vida, prevalecerá a competência do Júri.
- c) Verificado que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá a citação com hora certa, na forma estabelecida no código de processo civil.
- d) Caberá recurso em sentido estrito da decisão de pronúncia.

18. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Código de Processo Penal prevê taxativamente o rol dos atos que pode praticar o assistente de acusação, o qual não pode recorrer contra ato privativo do Ministério Público.
- b) As imunidades processuais penais ferem o princípio constitucional da isonomia material, pois implicam em privilégio pessoal àqueles que delas se beneficiam.
- c) Uma vez realizada a interceptação telefônica de forma fundamentada, legal e legítima, as informações e provas coletadas dessa diligência podem subsidiar denúncia com base em crimes puníveis com pena de detenção.
- d) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderam ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

19. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Caso o Ministério Público não ofereça a proposta de suspensão condicional do processo, o juiz encaminhará o processo para o Procurador-geral de Justiça (ou Câmara de Coordenação e Revisão Criminal no caso federal), por analogia ao disposto no art. 28 do Código de Processo Penal.
- b) Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido de interceptação telefônica seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.
- c) A iniciativa positiva do juiz no sentido de determinar a complementação de provas no curso do processo penal fere os princípios acusatório e da imparcialidade do órgão jurisdicional, gerando

nulidade absoluta quando adotada, devendo o magistrado restringir a análise das provas produzidas pelos sujeitos processuais e coligidas nos autos.

d) Despronúncia consiste na reforma da decisão singular de pronúncia, por um colegiado ou no exercício de juízo de retratação singular, na hipótese de recurso crime em sentido estrito.

20. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) Se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar humilhação, temor, ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento, independente da possibilidade de videoconferência, determinará a imediata retirada do réu, prosseguindo a inquirição, facultando a presença do defensor.

b) Os crimes de lavagem de dinheiro independem do processo e julgamento dos crimes que o antecedem, ainda que tais tenham sido praticados no exterior.

c) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

d) Não são cabíveis medidas cautelares diversas da prisão para o crime de porte de drogas para uso próprio.

21. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) A apelação é o recurso cabível da decisão que indefere o pedido de restituição de coisa apreendida.

b) Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, se imporá prisão em flagrante, mas admitirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.

c) Acerca da ação penal, na contagem do prazo decadencial, inclui-se o dia do começo.

d) Para a concessão de medida cautelar diversa da prisão, impõe-se analisar a necessidade e a adequação.

GRUPO 3 - DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

22. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB), tomando em consideração as seguintes alternativas, assinale a opção correta:

I. As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

II. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais já disciplinadas por lei existente, não revoga nem modifica a lei anterior.

III. A LINDB não admite o instituto da repristinação.

IV. A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, a expectativa de direito e a coisa julgada.

a) As alternativas I, II e III estão corretas.

b) As alternativas II e IV estão corretas.

c) A alternativa I está correta e a alternativa III está incorreta.

d) As alternativas I, III e IV estão incorretas.

23. Quanto aos bens, assinale a opção correta:

a) O direito à sucessão aberta é considerado bem móvel.

b) Durante a reforma de um prédio, os materiais provisoriamente dele separados, para nele se reempregarem, são considerados bens imóveis.

c) Benfeitorias úteis são as que têm por fim conservar o bem ou evitar que ele se deteriore.

d) O Código Civil relega à legislação especial a disciplina dos bens públicos.

24. Sobre a prova, tomando em consideração as seguintes alternativas, assinale a opção correta:

I. A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena.

II. A confissão é irrevogável.

III. A pessoa com deficiência poderá testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas.

IV. A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

a) As alternativas I e II são falsas.

b) A alternativa I é verdadeira e a alternativa IV é falsa.

c) A alternativa II é falsa e a alternativa III é verdadeira.

d) Todas as alternativas são verdadeiras.

25. Sobre posse, assinale a opção INCORRETA:

a) A posse pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende, não podendo ser adquirida por terceiro sem mandato.

b) O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.

c) Perde-se a posse quando cessa, embora contra a vontade do possuidor, o poder sobre o bem.

d) A posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.

26. Sobre o Ministério Público no Processo Civil, tomando em consideração as seguintes afirmativas, assinale a opção correta:

I. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.

II. A intimação por meio eletrônico do membro do Ministério Público é considerada intimação pessoal.

III. O Ministério Público deve intervir, dentre outros, nos processos que envolvam interesse de incapaz ou da Fazenda Pública.

IV. Atuando como fiscal da lei, findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará ao Procurador-Geral que designe outro membro para fazê-lo, sem prejuízo da responsabilização funcional do membro omissor.

a) As alternativas II e III estão corretas.

b) As alternativas I e IV estão corretas.

c) Três alternativas estão incorretas.

d) A alternativa II está correta e a alternativa IV está incorreta.

27. Assinale a opção correta:

a) Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, dentre outros, se a sentença lhe for desfavorável ou se o juiz acolher a alegação de decadência ou prescrição da pretensão do auto.

b) Para a concessão da tutela da evidência é necessária a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

c) Em ação ajuizada pelo Ministério Público, considerando o caráter indisponível dos direitos tutelados, não se admite a suspensão do processo por convenção das partes.

d) A suspensão do processo por convenção das partes poderá se dar por até 12 meses, admitindo-se uma prorrogação por idêntico período de tempo.

28. Tomando em consideração as seguintes afirmativas, assinale a opção correta:

I. A petição inicial será considerada inepta sempre que veicular pedido genérico.

II. Quando o pedido contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência, o juiz julgará liminarmente improcedente o pedido.

III. Quando verificar a ocorrência de prescrição ou decadência, o juiz deve extinguir o processo sem resolução do mérito.

IV. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, sendo facultado ao juiz retratar-se.

a) As alternativas I, II e IV estão corretas.

b) As alternativas II e III estão corretas.

c) A alternativa I está incorreta e a alternativa IV está correta.

d) Todas as alternativas estão corretas.

29. Assinale a opção que corresponda a recurso não previsto pelo Código de Processo Civil vigente:

a) Agravo interno.

b) Agravo retido.

c) Recurso ordinário.

d) Embargos de divergência.

30. Tomando em consideração as seguintes afirmativas, assinale a opção correta:

I. O terceiro juridicamente interessado tem legitimidade para propor ação rescisória.

II. Caso não seja ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção, o Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação rescisória.

III. O ajuizamento da ação rescisória obsta o cumprimento da decisão rescindenda desde o momento da distribuição.

IV. Apenas é admissível a ação rescisória quando houver direito líquido e certo que possa ser evidenciado por documentos, sendo vedada a dilação probatória.

a) Três alternativas estão corretas.

b) Três alternativas estão incorretas.

c) A alternativa I é verdadeira e a alternativa IV é falsa.

d) As alternativas II e III são verdadeiras.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

2º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO UNIFICADO DE 2019 PARA
FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE
NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DE DIREITO.

GABARITO

1	D	11	A	21	B
2	C	12	B	22	C
3	D	13	D	23	B
4	B	14	D	24	D
5	A	15	A	25	A
6	D	16	D	26	D
7	D	17	A	27	A
8	C	18	B	28	C
9	B	19	C	29	B
10	C	20	A	30	C